



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048
Dezembro 2016

Análise Comparativa de Modelos de Métricas de Sustentabilidade no Brasil: A3P, GRI e ETHOS

VINICIUS SANTOS SOARES

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA/ENSP-FIOCRUZ
viniciussoares@ensp.fiocruz.br

MURILO DE ALENCAR SOUZA OLIVEIRA

INSTITUTO OSWALDO CRUZ/IOC- FIOCRUZ
murilodealencar@bol.com.br

CARLOS MACHADO DE FREITAS

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
carlosmf@ensp.fiocruz.br

ANALISE COMPARATIVA DE MODELOS DE MÉTRICAS DE SUSTENTABILIDADE NO BRASIL: A3P, GRI E ETHOS

RESUMO

Este trabalho consistiu de uma pesquisa exploratória, qualitativa, descritiva e bibliográfica, que abordou o tema de métricas de sustentabilidade. O artigo buscou contribuir com respostas para questões que envolvem o tema da sustentabilidade (ambiental, social e econômica) nas esferas pública e privada das organizações brasileiras. Para isto, objetivou apresentar uma análise comparativa entre as principais métricas ou padrões de relatórios de sustentabilidade usados para divulgação dos relatos de operações ou negócios sustentáveis: Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); *Global Reporting Initiative* (GRI); e, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS). O artigo foi elaborado a partir da revisão teórica sobre conceitos e importância da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, e das métricas/padrões de relatórios de sustentabilidade aplicados nas relações corporativas. Mediante uso de análise de conteúdo efetuou-se um comparativo entre os 3 modelos definidos. Observou-se o crescimento do emprego dos modelos, e que estes podem ser usados por empresas/organizações públicas, conforme seu segmento, porte e interesse para disseminação da cultura de sustentabilidade. Concluiu-se que não há como afirmar qual dos modelos é o melhor, mas sim, cabe aos gestores a identificação das características distintivas, vantagens e desvantagens, daquele mais adequado aos objetivos, resultados, estrutura, cultura e gestão organizacional.

Palavras-chave: Sustentabilidade Corporativa; Desenvolvimento Sustentável; Relatórios de Sustentabilidade; Métricas de Sustentabilidade; Indicadores de Sustentabilidade.

COMPARATIVE ANALYSIS OF MODELS OF SUSTAINABILITY METRICS IN BRAZIL: A3P, GRI AND ETHOS

ABSTRACT

This work consisted of an exploratory research, bibliographic, descriptive and qualitative, which addressed the theme of sustainability metrics. The article sought to provide answers to questions involving the theme of sustainability (environmental, social and economic) in the public and private spheres of Brazilian organizations. For this, aimed to present a comparative analysis between the key metrics or standards of sustainability reports used for dissemination of reports of operations or sustainable businesses: Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); *Global Reporting Initiative* (GRI); Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS). The article was drawn from the theoretical review about concepts and importance of sustainability and sustainable development, and the reporting metrics/standards of sustainability applied in corporate relations. By using content analysis made comparison between the 3 models defined. There was employment growth of the models, and that these can be used by public companies/organisations, as your thread, size and interest to spread the culture of sustainability. It was concluded that there is no way to say which model is the best, but yes, it is up to the managers to identify the distinguishing characteristics, advantages and disadvantages, the one most suited to the objectives, results, structure, culture and organizational management.

Keywords: Corporate Sustainability; Sustainable Development; Sustainability Reports; Sustainability Metrics; Sustainability Indicators

1- INTRODUÇÃO

A sustentabilidade econômica, social e ambiental é um dos grandes desafios da humanidade e exige ações do poder público para que seja possível garantir a inserção das variáveis socioambientais nos processos decisórios, particularmente na formulação das políticas públicas. Tal desafio exige novas formas – mais eficazes – de pensar o desenvolvimento, preservando os recursos naturais, dos quais, por exemplo, depende a economia brasileira e o crescimento sustentável do país (BRASIL, 2009a).

Os novos desafios globais e a necessidade de promover uma Agenda de Desenvolvimento que incentive o crescimento econômico em bases sustentáveis levaram o governo brasileiro a estabelecer 4 princípios que têm orientado a política ambiental nacional: desenvolvimento sustentável; transversalidade; participação; e, controle social. Princípios que devem orientar as políticas implementadas pelo Estado Brasileiro (BRASIL, 2009a).

Existe um amplo debate nos meios acadêmico e profissional sobre a implantação de políticas de sustentabilidade nas organizações e se é possível aplicá-las, mensurá-las, aprimorá-las e atingir um desejado equilíbrio entre as dimensões ambiental, social e econômica, ou seja, atingir ao chamado desenvolvimento sustentável. Também, é fato que cresce o volume de pesquisas e estudos sobre Relatórios e Indicadores Corporativos de Sustentabilidade, assim como é cada vez maior o interesse das empresas por divulgar suas informações relacionadas às práticas de responsabilidades socioambientais (OLIVEIRA *et al.*, 2014). Contudo, analistas financeiros e industriais encontram muitas dificuldades para analisar e quantificar os relatórios voluntários de sustentabilidade de diversas organizações pela falta de padronização e comparabilidade (CHRISTOFI; CHRISTOFI; SISAYE, 2012).

Nos últimos anos, diversos estudos foram realizados no Brasil com o intuito de debater e compreender os impactos derivados da incorporação da sustentabilidade pela gestão das organizações em diferentes setores econômicos, e também como são divulgados, tais como: Rocha (2012); Zamcopé, Ensslin e Ensslin (2012); Campos *et al.* (2013); Quilice (2014); Froehlich (2014); Oliveira *et al.* (2014); Rocha e Chaves Neto (2014); Araújo, Ludewigs e Carmo (2015); Fonseca (2015); e, Soares (2015).

O presente artigo busca contribuir para este debate com respostas para algumas das questões que envolvem o tema da sustentabilidade nas esferas pública e privada. Para isto, objetiva apresentar e comparar as principais abordagens de métricas/relatórios de sustentabilidade utilizadas por organizações brasileiras: Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), por se tratar de programa do governo brasileiro com boa aceitação pelas instituições públicas; *Global Reporting Initiative* (GRI), mais difundido no mundo; e, o padrão do Instituto Ethos, bastante aplicado pelas organizações brasileiras de negócios sustentáveis.

O artigo foi estruturado em 5 tópicos, além desta introdução: fundamentação teórica, contendo conceitos e importância da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, métricas e padrões de relatórios de sustentabilidade aplicados nas relações corporativas; procedimentos metodológicos; descrição dos modelos/padrões de relatório de sustentabilidade (A3P, GRI e ETHOS); análise comparativa dos modelos/padrões; e, por fim, as considerações finais.

2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Sustentabilidade, Agenda 21 e Desenvolvimento Sustentável

Existem diversas definições sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, assim como o entendimento dos mesmos pode variar em função do campo ideológico ambiental ou da dimensão em que cada ator se coloca (VAN BELLEN, 2005). A origem do conceito de “sustentabilidade” é a silvicultura (manejo adequado das florestas). No século XVI, o uso da madeira foi tão intenso para fundir metais e na construção de barcos, que na Espanha e em Portugal as florestas começaram a escassear (BOFF, 2013).

Na Alemanha, em 1560, a preocupação com o uso racional das florestas concretizou-se, de forma que elas pudessem se regenerar e se manter permanentemente. Neste contexto, surgiu a palavra alemã *Nachhaltigkeit*, que significa “sustentabilidade”, porém somente em 1713 se transformou num conceito estratégico, quando Hans Carl von Carlowitz escreveu um tratado sobre sustentabilidade (*nachhaltig wirtschafte*: organizar de forma sustentável) das florestas, propondo o uso sustentável da madeira (BOFF, 2013).

Para Cabestré, Graziade e Polesel (2008), a sustentabilidade é a relação entre os sistemas econômicos e ecológicos na qual a vida humana continuaria indefinidamente e os efeitos das suas atividades permaneceriam dentro de limites sem destruir a diversidade, complexidade e funções do sistema de suporte da vida. Esse termo é remetido ao vocábulo sustentar em que a dimensão “em longo prazo” está contemplada e deve ser incorporada à sua definição, uma vez que são analisados os interesses das futuras gerações. O conceito de sustentabilidade deve englobar o progresso de forma a ser medido pela qualidade de vida - cidadania, longevidade, saúde, maturidade psicológica, espírito comunitário - ao invés de puro consumo material (FERREIRA, 2005). O termo sustentabilidade sintetiza de forma geral o questionamento do atual modelo econômico e social, o qual se mostra esgotado, e a busca por práticas que assegurem a manutenção da espécie humana com qualidade de vida aliada à conservação dos recursos naturais (ASSADOURIAN; PRUGH, 2013).

No século XX, com a publicação do Relatório *Brundtland* e da Agenda 21, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser usado de forma oficial e educativa para a sociedade como um todo (ALBUQUERQUE, 2009), pois segundo o Relatório *Brundtland*: “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (VAN BELLEN, 2004, p.3).

A Agenda 21 está voltada para os problemas atuais prementes, traduz em ações o conceito de desenvolvimento sustentável e visa preparar o mundo para os desafios do século XXI, como um instrumento complementar e fundamental ao planejamento e gestão do desenvolvimento regional (LOUETTE, 2009). Ela segue o princípio de ‘Pensar globalmente, agir localmente’, nesta perspectiva, os governos têm a responsabilidade de serem facilitadores na realização deste processo que envolva toda a sociedade (CNUMAD, 1995).

Assim, a Agenda 21 tem por objetivos, a serem alcançados para atingir a sustentabilidade, sendo um processo público e participativo, o qual sugere o planejamento e a implementação de políticas para o desenvolvimento sustentável por intermédio da mobilização da sociedade na construção dessas políticas, definidos como (CNUMAD, 1994): promover padrões de consumo e produção que reduzam as pressões ambientais e atendam às necessidades básicas da humanidade; e desenvolver uma melhor compreensão do papel do consumo e da forma de se implementarem padrões de consumo mais sustentáveis.

Zamcopé, Ensslin e Ensslin (2012) apontam que o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido cada vez mais aplicado às empresas; e, que é consenso que a sociedade somente alcançará o desenvolvimento sustentável com o apoio das organizações (empresas), por essas representarem os recursos produtivos da economia (BANSAL, 2002). Neste sentido, a gestão sustentável no âmbito organizacional deve incorporar boas práticas de governança que, apoiadas em políticas institucionais/empresariais, envolvam todos os profissionais nas estratégias de avaliação e execução de suas atividades de forma economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta. De modo que, os pilares ambiental, econômico e social sejam alicerçados na cultura, política e ética corporativa.

2.2 Sustentabilidade Corporativa

Para Henderson (2001), não existe um conceito consolidado de sustentabilidade corporativa, sendo que a falta de uma definição completa dificulta o debate desta temática. Um conjunto de abordagens diferenciadas deve ser combinado aos vários contextos em que as

empresas operam. A sustentabilidade corporativa pode ser vista como uma etapa na busca pela excelência de gestão, correspondendo ao desafio de ter organizações ambientalmente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis. Porém, não se deve confundir sustentabilidade corporativa com ações ambientais ou sociais isoladas, efetuadas muitas vezes por intermédio de outras entidades separadas da estrutura principal das organizações, como fundações de propósitos específicos, ou com as ideias de filantropia e caridade.

Para Christofi, Christofi e Sisaye (2012) a teoria da sustentabilidade abarca 3 conceitos corporativos (econômico, social e ambiental) que formam o novo paradigma da sustentabilidade corporativa. As corporações adotam iniciativas voluntárias para expandir os objetivos econômicos tradicionais, o que leva à maximização da riqueza para o acionista, para incluir elementos sociais e ambientais. A sustentabilidade não deve ser vista como um custo para os negócios, mas como uma oportunidade para se sustentar no longo prazo, reduzindo seus riscos gerenciais através da inclusão de elementos financeiros, ambientais e sociais.

O desafio do desenvolvimento sustentável de qualquer instituição é assegurar que este contribua para uma melhor qualidade de vida hoje, sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras. A principal força motriz para o interesse na sustentabilidade corporativa tem sido a legislação, que está se modificando para promover o desenvolvimento sustentável em muitos países (ZAMCOPE; ENSSLIN; ENSSLIN, 2012).

Keijzers (2002) afirma que as noções de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade corporativa delineiam caminhos diversos. Antigamente, sustentabilidade corporativa estava relacionada apenas com o meio ambiente e responsabilidade social corporativa referia-se aos aspectos sociais. Muitos consideram a sustentabilidade corporativa e a responsabilidade social corporativa como sendo sinônimos.

Van Marrewijk (2003) sugere uma fundamental distinção: vincular responsabilidade social corporativa com a participação das pessoas e das organizações, e sustentabilidade corporativa com o princípio do agente. Desta maneira, a responsabilidade social corporativa se relaciona aos fenômenos como transparência, diálogo com os grupos de interesse e elaboração de relatórios de sustentabilidade, enquanto a sustentabilidade corporativa foca na criação de valor, gestão ambiental, sistemas de produção limpa, gestão do capital humano e assim por diante (ZAMCOPE; ENSSLIN; ENSSLIN, 2012).

Outra razão importante para a crescente incorporação da sustentabilidade na prática empresarial tem sido a realização de negócios no sentido de serem mais sustentáveis, ou seja, como uma cultura internacional de transparência e responsabilidade corporativa. O *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD, 2002) identificou uma série de benefícios empresariais na abordagem do desenvolvimento sustentável, tais como: redução de custos devido aos métodos de produção mais limpa e inovações; redução dos custos de saúde e segurança; redução dos custos salariais e soluções inovadoras; fácil acesso a instituições de crédito e seguros; melhores práticas influenciam na regulamentação; melhor reputação da organização; vantagem de mercado; e, investidores éticos.

Um dos principais desafios de uma organização consiste no processo de tomada de decisão, pois esta depende fundamentalmente das percepções e visão dos gestores e isto vale também para o contexto da sustentabilidade. Assim, é importante analisar (ZAMCOPE; ENSSLIN; ENSSLIN, 2012): quais aspectos ambientais e sociais são percebidos pelos decisores da organização; e, de que forma estes aspectos são percebidos e interpretados. Consequentemente, a percepção e o comportamento gerencial em relação ao ambiente, individualmente e em grupo, têm sido discutidos na literatura como importantes preditores do tipo e nível da gestão de sustentabilidade das empresas.

Knoepfel (2001) menciona que os líderes em sustentabilidade corporativa obtêm suas metas de negócios como rumo de suas estratégias, além da gestão da exploração do potencial de mercado de produtos e serviços sustentáveis, concomitante à redução e fuga dos custos e

riscos. A criação de valor para a organização e para o acionista ou cidadão (no caso de organização pública) surge a partir dessa busca aliada à capacidade gerencial.

Segundo Lemme (*apud* LINS; ZYLBERSZTAJN, 2010), a definição de sustentabilidade corporativa parte do equilíbrio entre os aspectos financeiros, ambientais e sociais na gestão e avaliação de empresas, não fazendo sentido apresentá-los como concorrentes, mas partes inseparáveis de um único processo. Um sistema produtivo necessita de capital financeiro, capital natural e capital humano em doses adequadas.

Para Azapagic (2003), a sustentabilidade corporativa, além de ser uma tarefa incomum, quando alcançada, vem acompanhada de uma série de desafios. Dentre tantos, um deles é mensurar os benefícios da sustentabilidade em medidas financeiras. Eles podem ter um retorno mais longo do que os investimentos habituais. Isto exige uma mudança de modelo na maneira como as atividades (os negócios) são conduzidas e somente as organizações (empresas) com visão de futuro serão capazes de superar esta barreira.

De maneira geral, as definições procuram consolidar a prosperidade econômica, a qualidade ambiental e a justiça social, 3 dimensões conhecidas do *Tripple Bottom Line* (tripé da sustentabilidade) (ELKINGTON, 2012). Cada vez que o tripé se fortalece, as organizações também serão fortalecidas, causando impactos positivos na sociedade. Diante disso, a definição do processo decisório torna-se imprescindível para o sucesso da organização.

Mesmo diante de tanta diversidade e complexidade do termo desenvolvimento sustentável isto deve servir não como obstáculo na procura de um melhor entendimento, mas sim como fator de motivação e de criação de novas visões acerca de ferramentas que procurem descrever a sustentabilidade (VAN BELLEN, 2004).

2.3 Métricas de Sustentabilidade

Os objetivos do desenvolvimento sustentável desafiam as instituições contemporâneas. Estas têm reagido às mudanças globais, relutando em reconhecer que este processo esteja realmente ocorrendo. As diferenças em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável são tão grandes que não existe consenso sobre o que deve ser sustentado e tampouco sobre o que o termo “sustentar” significa ou como medir a sustentabilidade (VAN BELLEN, 2004).

O desenvolvimento de métricas de sustentabilidade deve ser um processo contínuo de aprendizagem de toda sociedade rumo à sustentabilidade do planeta. Para isto, é fundamental definir indicadores que mensurem, monitorem e avaliem esses padrões sustentáveis, ou seja, é necessário obter dados, para calcular indicadores e cobrar suas aplicações (ASSADOURIAN; PRUGH, 2013). É necessário ter indicadores que possam apontar ou estimar os níveis e impactos das atividades humanas, que agreguem informações para facilitação do processo de tomada de decisão dos gestores (públicos e privados) rumo ao desenvolvimento da sociedade, tanto no curto quanto no longo prazo (VAN BELLEN, 2005).

Zamcopé (2009) aponta que o desempenho da sustentabilidade exige por parte dos gestores que se definam metas e critérios a fim de serem entendidos pela organização. Logo, indicadores representam informações e ao construí-los deve-se ter cuidado para que as conclusões não sejam induzidas e/ou equivocadas da realidade. Um indicador deve ser considerado válido quando reflete uma métrica (relação entre duas medidas de grandezas iguais ou diferentes; consiste em uma extrapolação de medidas, ou, uma conclusão/informação com base em dados finitos) e não somente uma medida (quantificação de dados em um padrão e qualidade aceitáveis). Sendo assim, métricas de sustentabilidade são medidas e indicadores que visam a servir como ferramentas de gestão, que podem medir o impacto das práticas sustentáveis (AIRES, *et al.*, 2015).

Esses novos modelos, métricas, indicadores e metodologias empregados nessa mudança de paradigma visam à gestão das sociedades humanas para uma sustentabilidade de longo prazo, na qual, a verdadeira riqueza reside nos recursos naturais e nos serviços que os

ecossistemas saudáveis fornecem aos homens. A geopolítica da nova escassez dos recursos invalidou os pressupostos da economia acadêmica de que ar, água e biodiversidade eram “bens gratuitos” (LOUETTE, 2009).

A proposta de novos indicadores destina-se a criar uma base estatística para medir os resultados das políticas socioambientais e de desenvolvimento econômico. A educação e os valores familiares, a cultura popular, o respeito à natureza e à exploração sustentável dos recursos, a redução da pobreza e das desigualdades são alguns dos muitos aspectos-chave do “desenvolvimento” que não são reconhecidos pelos indicadores “clássicos”. Isto leva a um diagnóstico muito impreciso sobre o que são pobreza e desenvolvimento em regiões ricas em recursos naturais e culturas populares (LOUETTE, 2009).

A mensuração da sustentabilidade exige indicadores que possam medir simultaneamente as dimensões ambiental, econômica e de qualidade de vida. É necessário compreender a diferença existente entre medir desempenho econômico, medir qualidade de vida (ou bem-estar), e medir a sustentabilidade do desenvolvimento (VEIGA, 2010). Quilice (2014) afirma que a prática de divulgar relatórios de sustentabilidade pelas organizações tem crescido por todo o mundo, sendo que no Brasil existe forte tendência de crescimento desta prática. Existem diversos modelos, métricas ou relatórios de sustentabilidade disponibilizados no mundo, sendo que no Brasil os mais conhecidos/utilizados dentre as instituições são:

a) Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) - programa governamental para promover a responsabilidade socioambiental e integração do desenvolvimento sustentável;

b) *Global Reporting Initiative* (GRI) - padrão muito difundido no mundo, que possui uma estrutura de relatório bastante fundamentada, tendo como base o conceito de desenvolvimento sustentável (dimensões ambiental, social e econômica). Seus princípios vão ao encontro dos da Administração Pública (transparência e integridade das informações);

c) Modelo do Instituto Ethos (ETHOS) - padrão bastante propagado nas organizações privadas brasileiras, como indutor do conceito de sustentabilidade, tem como uma das bases conceituais o GRI, e seu objetivo é comunicar aos *stakeholders* os resultados apurados.

3. PROCEDIMENTOS METOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos empregados neste estudo foram de natureza aplicada, na tentativa de alcance do objetivo geral de apresentar, e comparar, as principais abordagens de métricas ou de relatórios de sustentabilidade utilizadas por organizações brasileiras. Assim entende-se, que por tratar-se de uma pesquisa de interesse prático, busca ações e resultados que poderão ser implementados e utilizados de forma imediata, referentes à comunicação, à decisão e à apuração da sustentabilidade em qualquer instituição, por meio da análise de métricas de sustentabilidade.

A abordagem de pesquisa adotada foi qualitativa, por ter a intenção de pesquisar os modelos de referência de apuração de relatórios de sustentabilidade, capazes de orientar a formação de requisitos e as práticas de gestão a serem implantadas por instituições públicas ou privadas. O trabalho ainda se configura como pesquisa exploratória, pois se embasou em um levantamento bibliográfico (periódicos, livros, teses, dissertações, *home-pages* e documentos), de modo intencional, relacionado aos 3 padrões de métricas/modelos de aplicação de métricas de sustentabilidade mais utilizados no Brasil (A3P, GRI e ETHOS).

Com base na pesquisa bibliográfica efetuada, são apresentadas as principais características dos modelos/métricas definidos como objeto do presente estudo, incluindo: conceitos, dimensões, indicadores, fundamentos, abrangência, objetivos e princípios. Por fim, mediante emprego da técnica de análise de conteúdo é apresentado um quadro comparativo entre as três métricas definidas, para fins de apresentação de semelhanças e diferenças que possam auxiliar os gestores na tomada de decisão quanto a relevância para as organizações e de facilidade de acesso, referente a publicação de relatórios de sustentabilidade.

4. MODELOS E PADRÕES DE RELATO DE SUSTENTABILIDADE

4.1 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) surgiu em 1999 como um projeto do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que buscava a revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições da administração pública. Em 2001, foi criado o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública, cuja finalidade era sensibilizar os gestores públicos para as questões ambientais (BRASIL, 2009a).

A A3P foi incluída nos Planos Plurianuais do governo federal a partir de 2004, como ação integrante do programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, fato que garantiu recursos que viabilizaram sua implantação efetiva e tornaram-na um referencial de sustentabilidade, constituindo-se numa das principais ações para proposição e estabelecimento de compromisso governamental ante as atividades da gestão pública, englobando critérios ambientais, sociais e econômicos. Desde então, os princípios e diretrizes da A3P auxiliaram na formulação de importantes legislações nacionais, tais como (BRASIL, 2016a): Decreto nº 5.940/2006 e Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos); Lei nº 12.349/2010, Instrução Normativa nº 1/2010 do MPOG e Decreto nº 7.746/2012 (inclusão de critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações e aquisições nas licitações públicas).

A A3P busca incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração Pública, diante da importância que esta possui como exemplo para a redução de impactos socioambientais negativos em toda a sociedade, por meio do estímulo a reflexão e a mudança de atitude dos servidores públicos, para que estes incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras. O padrão A3P tem por principal desafio promover a Responsabilidade Socioambiental (RSA) como política governamental, auxiliando na integração da agenda de crescimento econômico concomitantemente ao desenvolvimento sustentável, por meio da inserção de princípios e práticas de sustentabilidade socioambiental na administração pública (BRASIL, 2016a).

O processo de implantação da A3P é voluntário, a partir do engajamento individual e coletivo das instituições, pois necessita de um alto grau de comprometimento e disposição para incorporar os conceitos de sustentabilidade, composto por 5 passos: criar uma comissão responsável; realizar o diagnóstico situacional da Instituição (levantamento/inventário da situação socioambiental); desenvolver projetos e programas (Plano de Gestão Socioambiental); sensibilização e capacitação; avaliar e monitorar as ações (BRASIL, 2016a).

Os fundamentos da A3P são baseados em 3 decisões internacionais: Agenda 21; Princípio 8 da Declaração Conferência de Meio Ambiente da ONU (Rio/92); e, Declaração da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10/2002). A sua estrutura é composta por 5 dimensões ou eixos estratégicos - uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; licitações sustentáveis; qualidade de vida no ambiente de trabalho; e, sensibilização e capacitação dos servidores - com 91 indicadores. O modelo possui 5 objetivos gerais: sensibilizar gestores; contribuir para revisão de padrões de consumo e produção e melhoria na qualidade de vida; promover o uso racional de recursos e a redução do impacto socioambiental causado pelas operações da administração pública.

A A3P pode ser considerada como um modelo exitoso, pois a aderência das organizações tem sido crescente nas 3 esferas de governo (federal, estadual e municipal). Em 2015 foram efetuadas 593 adesões de participantes (adesão ao programa, sem a obrigatoriedade de envio de informações) e 286 de termos de adesão de parceiros (adesão formalizada com envio de informações da instituição pública ao MMA) (BRASIL, 2016b).

Para Barata, Kligerman e Minayo-Gomes (2007) as ações do escopo da A3P, muitas vezes passam por mudanças nos processos operacionais e conscientização do público interno, e não necessariamente em investimentos financeiros. O modelo coloca os órgãos públicos em sintonia com a concepção da ecoeficiência. Além disto, por seu caráter voluntário, a A3P ganha em simpatia das instituições que aderem por vontade própria, mas também perde força de indução de mudanças em instituições que não estão pensando em tornar seus processos internos mais sustentáveis. Teixeira (2013) destaca que a A3P não constitui um marco regulatório, uma vez que não dispõe de força impositiva sobre as organizações públicas, contudo, seu caráter indutor de uma gestão mais sustentável, legitima sua importância.

Cabe frisar, que alguns autores apontam que a A3P apresenta o vigor de seu aperfeiçoamento contínuo, mesmo ante a alternância de gestão ocorrida à frente do MMA nos últimos anos. No entanto, existem dificuldades individuais e institucionais para que um gestor público incorpore os critérios de sustentabilidade a ponto de modificar seu modelo de gestão (ARAÚJO; LUDEWIGS; CARMO, 2015). O modelo não se propõe a avaliar a sustentabilidade, mas procura atender aos interesses da administração pública, interagindo com os conhecimentos do desenvolvimento sustentável. Apesar da limitação da sua estrutura, prevê ações isoladas e não o desenvolvimento organizacional no viés da sustentabilidade.

4.2 Global Reporting Initiative - GRI

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma instituição independente, criada em 1997, que ajuda as empresas, governos e outras organizações na compreensão e comunicação do impacto crítico dos negócios sobre a sustentabilidade em questões como as alterações climáticas, direitos humanos, corrupção e muitos outros (GRI, 2016a). A GRI desenvolve uma estrutura mundialmente aceita para relatos de sustentabilidade (orientações para os relatórios), protocolo que se baseia no conceito de desenvolvimento sustentável compreendido pelas dimensões econômica, ambiental e social, visa desenvolver e disseminar diretrizes que possam harmonizar os relatórios das organizações, segundo critérios comuns de sustentabilidade, que sejam aceitos globalmente (GRI, 2006).

O modelo possui princípios que vão ao encontro dos da Administração Pública, como, transparência e integridade das informações, tendo como base o conceito de desenvolvimento sustentável (dimensões ambiental, social e econômica). A estrutura do relatório é bastante fundamentada, o que agrega qualidade aos indicadores do modelo proposto. Não há tamanho predefinido, desde que sejam seguidas as diretrizes e a estrutura adotadas, e sejam feitas verificações externas, por meio de empresas especializadas, comitês de *stakeholders* ou agentes externos, a fim de reforçar a credibilidade do relatório. O prazo se refere a um período determinado de um ano (mais usual), sendo que o importante é manter uma regularidade predefinida, a fim da evolução deste desempenho ser comparável (GRI, 2013).

O padrão GRI é muito difundido no mundo (Froehlich, 2014), pois organizações de diferentes setores e tamanhos, empresariais, públicas, ou sem fins lucrativos, que desejam exercer e prestar contas quanto às suas práticas relacionadas à sustentabilidade, podem utilizar as Diretrizes da GRI, padrão de elaboração de relatórios de sustentabilidade, como guia para selecionar os temas mais relevantes para demonstrar suas práticas operacionais, ou seja, como orientadores para gerir com sustentabilidade suas atividades, como seu relacionamento com parceiros comerciais ou sua seleção de fornecedores regulares, por exemplo. Para Christofi, Christofi e Sisaye (2012) as diretrizes GRI possuem linguagem consistente e métricas que podem ser usadas por organizações de qualquer tamanho, setor ou localização para preparação de um relatório de sustentabilidade confiável.

A construção do padrão GRI teve por base 135 referências internacionais, que incluem: Princípios do Pacto Global das Nações Unidas; Diretrizes para OCDE para empresas multinacionais; Princípios orientadores sobre empresas e direitos humanos das Nações

Unidas; e, Organização Internacional do Trabalho (OIT). Isto resultou na definição de 5 objetivos gerais: ajudar relatores a elaborar relatórios de sustentabilidade relevantes; incluir informações valiosas sobre as questões de sustentabilidade mais cruciais para as organizações; tornar o relato de sustentabilidade uma prática padrão; envolvimento e participação das partes interessadas (*stakeholders*); e, fornecer orientação e dar suporte as organizações.

Desde que os primeiros relatórios no padrão GRI foram publicados em 1999, num total de 11 empresas, de apenas 7 países, que aderiram a esta normativa de indicadores, (CAMPOS *et al.*, 2013) o crescimento tem sido exponencial, sendo que em 2015, foram publicados 5.480 relatórios de organizações de 98 países, destes, 257 no Brasil (GRI, 2016c).

As Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade foram bastante aprimoradas ao longo dos anos. Em 2002, houve a publicação de sua segunda versão (G2), e em 2006, houve o lançamento da 3ª versão (G3), contendo mais de 100 indicadores a serem apresentados pelas empresas em seus relatórios. No início de 2011, foi lançada uma revisão da 3ª versão (G3.1), que incluiu indicadores de performance relativos aos impactos aos direitos humanos, à comunidade local e de gênero (GRI, 2013). Em 2013 foi lançada a 4ª versão (G4), desenvolvida para incluir referências amplamente aceitas e para emissão de relatórios específicos de documentos, contendo um *framework* para relatar o desempenho de diferentes códigos e normas para a sustentabilidade (GRI, 2016b). Cada versão foi elaborada para ampliar as condições de garantia da qualidade, aplicabilidade, padronização e credibilidade dos relatórios publicados pelas organizações, bem como aumentar o grau de exigência e confiança do conteúdo destes relatórios (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

A versão atual, G4, é bastante adotada nas organizações privadas de qualquer segmento, esfera e tamanho, permitindo a comparabilidade e a qualidade das informações de sustentabilidade das organizações, independente do setor e país de atuação. Também permite a criação de *benchmarking* para o desenvolvimento organizacional, resultando em maior transparência sobre os impactos ambientais, econômicos e sociais. Não existe custo para sua implementação, porém se exige conhecimentos específicos de administração estratégica e do negócio, o que dificulta sua implantação para organizações de pequeno porte.

Outra questão relevante é a composição dos princípios e diretrizes do relatório que são: transparência, comparabilidade, auditabilidade, precisão, integridade das informações, tendo como pano de fundo a inserção num contexto de sustentabilidade ecológica e social. Ou seja, nos impactos da organização nas 3 dimensões do tripé da sustentabilidade, desdobradas em 46 subdimensões e 91 indicadores (GRI, 2013):

- econômica - impactos sobre as condições econômicas de seus *stakeholders* e sobre os sistemas econômicos em nível local, nacional e global, que abrangem também informações quanto ao desempenho econômico, presença no mercado, políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais e impactos econômicos indiretos;

- ambiental - impactos sobre os sistemas naturais vivos ou não vivos, incluindo ecossistemas, ar e água, por meio de indicadores ambientais que abrangem o desempenho relacionado a insumos, biodiversidade, produção, conformidade ambiental, gastos com meio ambiente e aos impactos de produtos e serviços, compreendendo resultados e metas atingidas, os riscos da organização quanto à questão ambiental e as principais estratégias e procedimentos para alcance dos objetivos;

- social - impactos nos sistemas sociais nos quais opera, com indicadores relacionados às práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto.

Nos últimos 10 anos, diversos estudos foram desenvolvidos com o intuito de analisar o emprego do modelo GRI por parte das organizações no mundo. Nesta linha, Ferreira (2014) mostra alguns aspectos positivos e negativos quanto ao padrão GRI, mediante apontamentos de vários autores. O autor conclui que as empresas encontram nas diretrizes da GRI uma ferramenta de gestão da sustentabilidade; porém alguns aspectos negativos colocam em risco

a eficácia do projeto de reporte, principalmente sua excessiva flexibilidade de conteúdo (prestação de contas). O modelo da GRI é um instrumento mais voltado para a gestão interna do que para o relato da sustentabilidade, necessitando de aprimoramento e desenvolvimento de novas diretrizes com a finalidade de tornar o reporte mais simples, barato e menos flexível, garantindo a possibilidade de comparação entre as diversas instituições.

Rocha (2012) compartilha este entendimento e afirma que o GRI deve ser melhorado em vários e importantes aspectos para que possa ser usado como certificador da Sustentabilidade Empresarial. Já Campos *et al.* (2013) destacam que as diretrizes GRI tem tido crescente adesão de organizações por todo o mundo, devido as preocupações que tais indicadores possuem com os *multistakeholders*, além de conferir credibilidade e preencher uma lacuna existente na sociedade, quanto à divulgação da transparência da gestão organizacional. Contudo, os autores efetuam críticas às diretrizes no tocante a ausência de indicadores integrados e o reducionismo da sustentabilidade, focada nas dimensões econômica, social e ambiental, o que representa apenas uma visão holística, quando deveria focar em uma visão sistêmica, de inter-relação entre as partes, por meio de indicadores transversais, que apresentem o relacionamento entre as dimensões.

A GRI tem sido exitosa e se tornou uma das principais iniciativas internacionais de estímulo às práticas de desenvolvimento sustentável empresarial em todo o globo (CAMPOS *et al.*, 2013). É o padrão mais estudado no mundo, sendo este um dos motivos que alavancaram sua ampla utilização e aceitação na área privada, bem como em organizações de médio e grande porte, em contraposição na área pública, na qual, possui pouca aceitabilidade, pois apenas 1,70% dos relatórios neste padrão foram emitidos por organizações públicas (GRI, 2016c). Contudo, requer aprimoramentos, apesar de possuir muitos pontos positivos, pois carece de uma visão sistêmica, da inter-relação entre as partes (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

4.3 Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

O Instituto *Ethos* de Empresas e Responsabilidade Social criou um modelo de relatório para disseminar a prática da Responsabilidade Social Empresarial, mas com solicitação de informações menos detalhadas que as contidas em outras ferramentas. O modelo ETHOS é um padrão bastante propagado nas organizações privadas brasileiras e foi concebido na estrutura e no conteúdo dos relatórios sociais propostos pela (o): *Global Reporting Initiative* (GRI); *Institute of Social and Ethical Accountability* (ISEA); e, modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) (STROBEL, 2005).

O ETHOS tem como objetivo apoiar as empresas/instituições na incorporação da sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial (RSE) em suas estratégias de negócio, de modo que esse venha a ser sustentável e responsável e, assim, comunicar o desempenho da organização nos aspectos econômico, social e ambiental aos *stakeholders* (ETHOS, 2007), de acordo com o conceito do *Triple Bottom Line*, de Elkington (2012).

O relatório ETHOS é de fácil utilização, sendo considerado como uma ferramenta de autodiagnóstico, de planejamento, de gestão e disseminação de práticas de responsabilidade social entre empresas e instituições públicas interessadas em medir seu grau de Responsabilidade Social (comprometimento com a sociedade). Apesar de possuir um custo anual para sua utilização, tem uma capilaridade bastante relevante nas organizações brasileiras, pois procura atender aos interesses dos *stakeholders* e não visa à apuração da sustentabilidade, mas sim, a apuração qualitativa dos indicadores, mediante o uso de um *software*. Além disso, possui 4 tipos de aplicação conforme o nível de maturidade das empresas na gestão da Sustentabilidade/RSE, sendo: básica, essencial, ampla e abrangente. Não possui relatórios setoriais ou específicos, assim, qualquer organização pode utilizar independente da esfera de atuação (pública ou privada), do segmento setorial ou porte.

O relatório facilita a identificação de informações em sustentabilidade para as partes interessadas e a partir da perspectiva delas, visando estabelecer um diálogo, e estimular o compartilhamento de indicadores específicos. Com isto pode-se compreender como as empresas, de fato, contribuem para o desenvolvimento sustentável. Sua construção ocorre a partir dos Indicadores Ethos, que constituem uma ferramenta de gestão que visa apoiar as empresas na incorporação da sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial (RSE) nas estratégias de negócio, para tornar-se sustentável e responsável.

O modelo ETHOS tem por foco avaliar o quanto a sustentabilidade e a responsabilidade social foram incorporadas nas atividades das organizações, para auxiliar na definição de estratégias, políticas e processos (ETHOS, 2016a). A estrutura do relatório é composta por 4 dimensões (Visão e Estratégia; Governança e Gestão; Social; e, Ambiental), construída em forma de questionário com 47 questões de múltipla escolha (indicadores), a ser respondido pelas empresas interessadas em medir seu grau de Responsabilidade Social, ou seja, seu comprometimento com a sociedade. Os indicadores fornecem uma ferramenta de autoanálise e um modelo de gestão para as empresas, por indicar os caminhos para que elas se tornem socialmente responsáveis. Os indicadores apresentam o referencial da empresa dentro de determinado setor econômico e possibilitam efetuar comparações entre os desempenhos das organizações; aquelas que apresentarem desempenho muito aquém da média de seus setores podem buscar as melhores práticas, visando fazer um *benchmarking* (Ethos, 2007).

Pode-se afirmar que o relatório ETHOS permite explicar os impactos das atividades da empresa na sociedade com os diferentes públicos com os quais ela se relaciona (ETHOS, 2007). Destaca-se que a atual geração dos Indicadores Ethos possui maior integração com as diretrizes da GRI (G4) e com a Norma de Responsabilidade Social ABNT NBR ISO 26000, além de outras iniciativas (ETHOS, 2016a).

O padrão de relato tem aceitabilidade alta entre as organizações brasileiras, sobretudo entre as de grande e médio porte que representam 60,41% das que utilizaram este modelo de relato, dentre 533 associados em 24 estados do país, sendo: 224 de grande porte (42,03%); 99 de pequeno porte (18,57%); 98 de médio porte (18,39%); 58 microempresas (10,88%) e 54 de porte não identificado (10,13%), conforme (ETHOS, 2016b).

5 COMPARAÇÃO ENTRE MODELOS DE MÉTRICAS DE SUSTENTABILIDADE

Mediante emprego da técnica de análise de conteúdo foi efetuada a construção do Quadro 01, que traz uma comparação entre diversos aspectos, como conceitos, dimensões, objetivos, atuação, aplicação, princípios, referências, etc., referentes a publicação de relatórios de sustentabilidade nos modelos/métricas definidas (A3P, GRI e ETHOS).

Quadro 01 - Características dos Modelos de Métricas de Sustentabilidade

	A3P	GRI (G4)	Ethos
Conceito	Agenda de ações e políticas no âmbito da administração pública.	Padrão fundamentado no conceito de desenvolvimento sustentável compreendido pelas dimensões econômica, ambiental e social.	Ferramenta de autodiagnóstico, planejamento e gestão, para disseminar a prática da RSE e medir o comprometimento com a sociedade.
Origem/ Foco	Governo Federal com foco nas Instituições da administração pública (qualquer esfera de governo).	Terceiro Setor com foco nas instituições privadas ou públicas (qualquer segmento, esfera e tamanho).	Empresas, como foco nas instituições privadas ou públicas (qualquer segmento, esfera e tamanho).
Dimensões	1) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; 2) Gestão dos resíduos gerados; 3) Licitações sustentáveis; 4) Qualidade de vida no trabalho; 5) Sensibilização e capacitação.	1) Econômica; 2) Ambiental; 3) Social.	1) Visão e Estratégia; 2) Governança e Gestão; 3) Social; 4) Ambiental.

	A3P	GRI (G4)	Ethos
Indicadores	21 subdimensões e 91 indicadores	46 subdimensões e 91 indicadores	8 temas e 47 indicadores
Objetivos	<p>1) Sensibilizar gestores públicos para questões socioambientais;</p> <p>2) Promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais;</p> <p>3) Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública;</p> <p>4) Reduzir o impacto socioambiental negativo causado pelas atividades de caráter administrativo e operacional;</p> <p>5) Contribuir para melhoria da qualidade de vida.</p>	<p>1) Ajudar relatores a elaborar relatórios de sustentabilidade relevantes;</p> <p>2) Inclusão de informações valiosas sobre as questões de sustentabilidade mais cruciais para as organizações;</p> <p>3) Tornar o relato de sustentabilidade uma prática padrão;</p> <p>4) Envolvimento e participação dos <i>stakeholders</i>;</p> <p>5) Fornecer orientação e dar suporte as organizações.</p>	<p>1) Apoiar as empresas na incorporação da sustentabilidade e da RSE em suas estratégias de negócio, de modo que esse venha a ser sustentável e responsável.</p>
Referências (Base)	Protocolos, Acordos e Convenções internacionais, como: 1) Capítulo IV da Agenda 21; 2) Princípio 8 da Declaração da Rio/92; 3) Declaração da Rio+10, Johannesburgo/2002.	135 referências internacionais, incluindo as mencionadas na A3P.	<p>1) Estrutura e conteúdo propostos por: GRI, ISEA e IBASE;</p> <p>2) Todas as referências - GRI (G4);</p> <p>3) Norma ABNT ISO 26000.</p>
Aplicação	<p>Assinatura de termo de adesão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - criar uma comissão responsável/gestora; - realizar diagnóstico socioambiental; - desenvolver projetos e atividades (plano de gestão socioambiental); - mobilizar e sensibilizar; - avaliar e monitorar as ações. 	<p>1) Diretrizes em duas partes:</p> <ul style="list-style-type: none"> o Princípios para Relato e Conteúdo Padrão (princípios, conteúdos e critérios para elaboração dos relatórios de sustentabilidade); o Manual de Implementação (como aplicar, preparar e interpretar as informações e conceitos das diretrizes). <p>2) Relatórios de 2 tipos:</p> <ul style="list-style-type: none"> o Essencial – relata impactos no desempenho econômico, Ambiental, Social e de Governança; o Abrangente – informações adicionais sobre estratégia, análise e governança das diretrizes; <p>3) Divulgação - impressa e eletrônica, deve contemplar padrões gerais e/ou específicos.</p> <p>4) Conteúdos setoriais</p>	<p>1) Questionário com indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) de Profundidade - apresentam a evolução de práticas por indicador. b) Binários - perguntas fechadas (“sim” ou “não”) que orientam com clareza a escolha do estágio. c) Quantitativos - questões numéricas para apoiar a definição de objetivos e metas para aplicação dos Indicadores. <p>2) Tipos de aplicação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Básica: 12 indicadores - abrangência superficial; - Essencial: 24 indicadores - “agenda mínima” da RSE/Sustentabilidade; - Ampla: 36 indicadores - desdobramentos da “agenda mínima” da RSE/Sustentabilidade; - Abrangente: 47 indicadores - inserção da gestão sustentável e socialmente responsável.

Fonte: adaptado de Soares (2015).

A comparação apresentada no Quadro 01 permite constatar que apesar de origens diferentes, existe boa similaridade entre as 3 métricas definidas, até por que a construção do padrão ETHOS teve como uma das principais referências o modelo GRI. Estes dois possuem foco nas organizações privadas, direcionadas aos gestores negociais para internalização da RSE e sua publicitação aos *stakeholders*, mas também podem ser utilizados por organizações públicas. Já a A3P é focada na Administração Pública, com fins de mudar comportamentos dos servidores rumo as questões socioambientais. Cabe destacar a importância dada a dimensão Governança e Gestão presente no padrão ETHOS e sua proposta de ser uma ferramenta de autodiagnóstico organizacional.

Para fins de auxílio aos gestores quanto à tomada de decisão de escolha ou definição de qual modelo pode ser mais adequado para uso pela organização, foi elaborado o Quadro 2 contendo as principais vantagens e desvantagens de cada uma das métricas definidas:

Quadro 02 – Vantagens e Desvantagens das Métricas de Sustentabilidade

	A3P	GRI (G4)	Ethos
Vantagens	<ol style="list-style-type: none"> 1) Indicadores de fácil apuração. 2) Capilaridade elevada nas organizações públicas. 3) Uso como ferramenta de política pública para apurar a sustentabilidade nas organizações públicas. 4) Criação de um sistema de captação de dados e ações da A3P (ResSoa), como base de informações e monitoramento - eficácia e eficiência. 5) Fácil aplicação. 6) Sem custo para sua utilização. 7) Relatório de abrangência nacional. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Possui matriz de materialidade, importante ferramenta de planejamento estratégico. 2) Possui os princípios da administração pública (transparência e integridade das informações). 3) Uso como ferramenta de política pública para apurar a sustentabilidade nas organizações públicas. 4) Relatório de reconhecimento internacional. 5) Converte com o conceito de desenvolvimento sustentável. 6) Grande aceitabilidade nas organizações, multi e transnacionais. 7) Sem custo para sua utilização. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Relatório de fácil apuração para utilizar software para o apoio e implementação do padrão. 2) Relatório bastante conhecido das organizações privadas brasileiras. 3) Relatório de abrangência nacional.
Desvantagens	<ol style="list-style-type: none"> 1) Não possui política de divulgação dos indicadores; 2) Premia ações isoladas, e não o desenvolvimento organizacional na perspectiva da sustentabilidade; 3) Não avalia a sustentabilidade, procura atender aos interesses e princípios da administração pública, interligando aos conceitos de desenvolvimento sustentável. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Não integra os indicadores de sustentabilidade aos de negócio; 2) Não avalia a sustentabilidade, procura atender aos interesses dos <i>stakeholders</i>; 3) Padrão abrangente, dificulta sua implementação; 4) Ênfase em dados quantitativos e pouco qualitativos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Não avalia a sustentabilidade, procura atender aos interesses dos <i>stakeholders</i>; 2) Custo anual de utilização (associação).

Fonte: adaptado de Soares (2015).

Cabe realçar que, como os 3 padrões apresentados (A3P, GRI e ETHOS) possuem objetivos e conceitos distintos, é lógico inferir que apresentam distintas vantagens ou desvantagens entre si. Assim, não há como afirmar qual é o melhor, contudo os Quadros 1 e 2, permitem que os gestores identifiquem a métrica que possui as características e vantagens mais adequadas aos objetivos pretendidos pela gestão organizacional.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de desenvolvimento sustentável tem crescido de importância nas políticas públicas brasileiras, sendo um dos pilares para o seu sucesso o envolvimento das organizações (públicas e privadas) e da sociedade civil. Diante desta questão, o artigo teve o intuito de apresentar uma comparação entre algumas das métricas de sustentabilidade mais utilizadas por organizações que buscam operar de modo sustentável no país. Pois, a elaboração de relatórios de sustentabilidade pelas organizações contribui para a avaliação dos impactos de sustentabilidade e para práticas de atividades sustentáveis em prol do país, mesmo ante as dificuldades existentes de se mensurar tais atividades, como afirma Van Bellen (2004).

Espera-se que este estudo possa contribuir para elucidação de questões que envolvem o tema da sustentabilidade (ambiental, social e econômica) nas esferas pública e privada das organizações, de modo a motivar que os gestores (públicos e privados) utilizem melhores informações para avaliar e tomar decisão quanto à incorporação dos conceitos de sustentabilidade corporativa e desenvolvimento sustentável e sua publicitação. Observou-se que os modelos analisados podem ser utilizados tanto por empresas como organizações públicas, conforme segmento, porte e interesse para a disseminação de uma cultura de sustentabilidade nacional. Não há como efetuar afirmação sobre qual dos modelos estudados é o melhor, mas sim, cabe aos gestores a identificação das características distintivas, aquele mais adequado aos objetivos, resultados, estrutura, cultura e gestão organizacional.

Também constatou-se que tais modelos ajudam no entendimento pela sociedade das operações das organizações, seus impactos e ações mitigadoras, referentes à sustentabilidade (econômica, social e ambiental) transformando-se em uma vantagem de uma cultura internacional de transparência e responsabilidade corporativa para o país. O aumento da adesão e do número de publicações de relatórios de sustentabilidade pelas organizações brasileiras, com base nas métricas de sustentabilidade, tem demonstrado o entendimento pelos gestores da relevância e da necessidade de prestação de contas à sociedade. Esta, por sua vez, tem se organizado para acompanhar/cobrar a execução adequada das atividades empresariais privadas e/ou institucionais públicas, em alinhamento com os preceitos do desenvolvimento sustentável, ou seja, imbricando transparência e responsabilidade corporativa como elementos-chaves do desenvolvimento sustentável.

Por fim, como este trabalho limitou-se a um levantamento bibliográfico restrito a 3 modelos ou padrões de relatos mais adotados no Brasil, cabe sugerir a realização de estudos empíricos voltados a verificação da qualidade dos indicadores apresentados nos relatórios publicados, confrontando-os com a real preocupação das organizações com a incorporação da sustentabilidade como fator de diferenciação estratégica organizacional. Pois, como afirmado por Quilice (2014), a excessiva flexibilidade dos relatórios, com diversos formatos e diversos com pouca objetividade, permite que estes possam conter informações não confiáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, José de Lima (Org.). **Gestão ambiental e responsabilidade social**. São Paulo: Atlas. 2009.
- ARAÚJO, Carolina Lopes; LUDEWIGS, Thomas; CARMO, Eliane Almeida do. A Agenda Ambiental na Administração Pública desafios operacionais e estratégicos. **Revista Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí. Ano 13. n. 32, p. 21-47, out/dez, 2015.
- ASSADOURIAN, Erik; PRUGH, Tom (Orgs.). **Estudo do Mundo 2013: A sustentabilidade ainda é possível?** Salvador: Wordwatch Institute, 2013.
- AIRES, Nataly Bruna *et al.* Proposta do uso de análise de sentimento no desenvolvimento de uma nova métrica de sustentabilidade. **XI Brazilian Symposium on Information System**, Goiânia, GO, Disponível em: <<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/sbsi/2015/060.pdf>>. Acesso em: 26/09/15.
- AZAPAGIC, Adisa. Systems Approach to Corporate Sustainability: A General Management Framework. **Process Safety and Environmental Protection**, v. 81, n. 5, p. 303-316, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1205/095758203770224342>>. Acesso em: 14/07/2014.
- BANSAL, Pratima. The corporate challenges of sustainable development. **Academy of Management Executive**, v. 16, n. 2, p. 122-131, 2002.
- BARATA, Martha Macedo de Lima; KLIGERMAN, Débora Cynamon; MINAYO-GOMES, Cecília. A Gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 165-170, 2007.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**. Brasília: 5. ed. 2009a.
- _____. _____. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/destaques/item/8852>>. Acesso em: 28/06/2016a.
- _____. _____. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**. A3P em Números. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/destaques/item/9056>>. Acesso em: 28/06/2016b.
- CABESTRÉ, Sonia Aparecida; GRAZIADE, Tânia Maria; POLESEL FILHO, Pedro. Comunicação Estratégica, Sustentabilidade e Responsabilidade socioambiental—um estudo

destacando os aspectos teórico-conceituais e práticos. In: **Anais XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação-Intercom**: Natal/RN. 2008.

CAMPOS, Lucila Maria de Souza et al. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da *Global Reporting Initiative*. **Gestão & Produção**, v. 20, n. 4, p. 913-926, 2013.

CHRISTOFI, Andreas; CHRISTOFI, Petros; SISAYE, Seleshi. Corporate sustainability: historical development and reporting practices. **Management Research Review**, v. 35, n. 2, p. 157-172, 2012.

CNUMAD – Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

_____. **Agenda 21**. Brasília, Rio de Janeiro, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995.

ELKINGTON, John. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil Ltda., 2012.

ETHOS, Instituto. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial**, 2007.

_____. **Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis**. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/iniciativas/indicadores/#.V3RSZqLWE40>>. Acesso em: 29/06/2016a.

_____. **Associados Ethos**. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/associados-ethos/#.V3RNbqLWE40>>. Acesso em: 29/06/2016b.

FERREIRA, Leila da Costa. **Sustentabilidade: uma abordagem histórica da sustentabilidade**. In: BRASIL. Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

FONSECA, Marta Carolina Rosa. **Sustentabilidade Corporativa – práticas de sustentabilidade e performance sustentável no sector das TIC**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Estratégia Industrial) – Universidade de Lisboa, 2015.

FROEHLICH, Cristiane. Sustentabilidade: Dimensões e Métodos de Mensuração de Resultados. **Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 3, n. 2, p. 151-168, 2014.

GRI. **Diretrizes para relatórios em Sustentabilidade – G3**. 2006. Disponível em: <http://www.globalreporting.org>. Acesso em: 13/04/2013.

_____. **Diretrizes para Relato de Sustentabilidade – Partes I e II – G4**. 2013. Disponível em: <http://www.globalreporting.org>. Acesso em: 06/11/2014.

_____. About GRI. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/standards/g4/g4-developments/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 24/06/2016a.

_____. G4 Development Process. Disponível em:

<<https://www.globalreporting.org/information/about-gri/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 24/06/2016b.

_____. Report List. Disponível em:

<https://www.globalreporting.org/services/Analysis/Reports_List/Pages/default.aspx>. Acesso em: 24/06/2016c.

HENDERSON, David. **Misguided Virtue. False notions of corporate social responsibility**. Wellington, New Zealand Business RoundTable, 2001.

KEIJZERS, Gerard. The Transition to the Sustainable Enterprise. **Journal of Cleaner Production**, v. 10, n. 4, p. 349-359, 2002. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/S0959-6526\(01\)00051-8](http://dx.doi.org/10.1016/S0959-6526(01)00051-8)>.

KNOEPFEL, Ivo. Dow Jones Sustainability Group Index: a global benchmark for corporate sustainability. **Corporate Environmental Strategy**, v. 8, n. 1, p. 6-15, 2001. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/S1066-7938\(00\)00089-0](http://dx.doi.org/10.1016/S1066-7938(00)00089-0)>.

- LOUETTE, A. **Gestão do conhecimento. Compêndio de indicadores de sustentabilidade das nações**. 1. ed. São Paulo: Anta Karana Cultura Arte Ciência Ltda/Willis Harman House, 2009.
- OLIVEIRA, Murilo de Alencar Souza et al. Relatórios de Sustentabilidade segundo a Global Reporting Initiative: uma análise de correspondências entre os setores econômicos brasileiros. **Production**, v. 24, n. 2, p. 392-404, Apr./June 2014.
- QUILICE, Thiago Ferreira. **Aspectos positivos e negativos no modelo de reporte proposto pela GRI: a opinião das organizações que reportam**. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, 2014.
- ROCHA, Tatiana Aparecida Coêlho. **Análise do relatório GRI enquanto ferramenta para a mensuração da sustentabilidade empresarial**. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, 2012.
- ROCHA, Silvana Heidemann; CHAVES NETO, Anselmo. Environmental indicators in brazilian forestry companies. **International Journal of Applied Science and Technology**, v. 4, n. 5, p. 55-65, Oct-2014.
- SOARES, Vinícius Santos. **Proposição de um modelo de avaliação multicritério da sustentabilidade em instituições públicas**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – Ensp/Fiocruz, 2015.
- STROBEL, Juliana Scapulatempo. **Modelo de mensuração da sustentabilidade corporativa através de indicadores**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.
- TEIXEIRA, Maria Fernanda de Faria Barbosa. **Desafios e oportunidades para a inserção do Tripé da Sustentabilidade nas contratações públicas: um estudo dos casos do Governo Federal Brasileiro e do Governo do Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- VAN BELLEN, Hans Michael. Indicadores de Sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. Rio de Janeiro, RJ: FGV, **Cadernos EBAPE-RJ**, v. 2, n. 1, p. 01-14, 2004.
- _____. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa**. 1. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- VAN MARREWIK, Marcel. Concepts and definitions of CSR and corporate sustainability: between agency and communion. **Journal of Business Ethics**, v. 44, p. 95-105, 2003.
- VEIGA, José Eli da. Indicadores de sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 39-52, 2010.
- WBCSD – World Business Council for Sustainable Development. **Eco-Efficiency: creating more value with less impact**. Geneva: WBCSD, 2002.
- ZAMCOPE, Fabio Cristiano. **Construção de um modelo para avaliação da sustentabilidade corporativa – um estudo de caso na indústria têxtil**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- ZAMCOPE, Fabio Cristiano; ENSSLIN, Leonardo; ENSSLIN, Sandra Rolim. Construção de um modelo para avaliação da sustentabilidade corporativa: um estudo de caso na indústria têxtil. **Gestão & Produção**. São Carlos, v. 19, n. 2, p. 303-321, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v19n2/v19n2a06>>.
- ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa (Ed.). **Sustentabilidade e geração de valor: a transição para o século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.